

Engajamento sociológico e abordagem típico-idealista¹²

Alain Caillé³

Tradução de Danilo Arnaut⁴ e João Gomes da Silva Filho⁵

Nota dos tradutores

Este texto corresponde à tradução do original do texto *Engagement sociologique et démarche idéaliste-typique*, cuja versão

¹ Recebido em 23/07/2017 e aprovado em 08/11/2017.

² Esse texto foi publicado no terceiro número de *Sociologie du travail*, 1999, consagrado ao engajamento sociológico. No número dois da publicação, já consagrado a esse tema, foram publicados artigos de Michel Callos e François Dubet, que são revisitados e respondidos ao final do presente texto.

³ Professor de Sociologia da Universidade Paris X-Nanterre, fundador da *Revue du MAUSS* (Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales, em português: Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais). É autor de diversos artigos, comunicações e livros. Entre eles, já possuem tradução para língua portuguesa *Antropologia do dom: o terceiro paradigma* (Petrópolis: Vozes, 2002, tradução de Ephraim Ferreira Alves) e *A demissão dos intelectuais: a crise das ciências sociais e o esquecimento do fator político* (Lisboa: Instituto Piaget, 1997, tradução de Armando. Pereira da Silva). [N.T.]

⁴ Doutorando em Sociologia (Unicamp), Mestre em Sociologia (Unicamp), Graduando em Direito (USP e UFPR) e Graduado em Ciências Sociais (Unicamp). Atua como Pesquisador ad hoc do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs-UNESP-Franca). Professor Substituto no Departamento de Sociologia da UFPR. E-mail: daniloarnaut@gmail.com. [N.T.]

⁵ Historiador medievalista e Pesquisador independente, dedicando-se à hermenêutica bíblica medieval e à arqueologia histórica de “multidão/multidão”. E-mail: clairabelard@yahoo.fr. [N.T.]

definitiva foi publicada em 2015 no livro *La Sociologie Malgré Tout: fragments d'une sociologie générale (II)*, por Presses Universitaires de Paris Ouest (Collection Philosophie et Sciences Sociales). Agradecemos ao Prof. Alain Caillé por autorizar a tradução do manuscrito e também ao Prof. Frédéric Vandenberghe (IESP-UERJ) pela indicação do texto para tradução e publicação pela *Revista Idéias*.

Recebemos apenas sinais de aprovação quando sugerimos, como recordado nos dois capítulos precedentes, que as ciências sociais deviam satisfazer a quatro imperativos simultaneamente irreduzíveis e interdependentes: um *imperativo empírico* de observar e descrever a realidade; um *imperativo explicativo* de pôr em prática, na medida do possível, o princípio da causalidade; um *imperativo compreensivo*, ou hermenêutico, ou ainda dialógico, que imponha a tradução das causas em razões, em motivos ou em sentido; por fim, um *imperativo normativo* de contribuir para uma maior reflexividade ética e normativa. Acrescentamos que, no âmbito do conhecimento do social e da história, esse quarto imperativo está na primeira posição hierárquica em relação aos outros três, pois somente a dimensão normativa é suscetível de fornecer o elo entre elas, interpretando-o, e de garantir sua inteligibilidade comum. Sem mencionar que é difícil ver qual poderia ser realmente a serventia de uma ciência social que se recusa a nos esclarecer sobre as escolhas que devemos efetuar.

A irreduzibilidade dessas quatro exigências epistêmicas acarreta a incomensurabilidade das escolas e das doutrinas e explica porque é, no mais das vezes, impossível decidir qual entre elas é mais “científica” que as demais. Com efeito, cada uma investe diferentemente em um ou outro dos quatro imperativos. Daí o caráter decepcionante de todas as discussões epistemológicas aplicadas às ciências sociais. No entanto, não estamos necessariamente condenados a concluir que tudo se equivalha, que uma certa teoria ou enquete sejam tão boas

quanto qualquer outra. A princípio, entre duas pesquisas empíricas ou entre dois sistemas conceituais de mesmo grau, nada nos impede de afirmar que aquela seja a mais elucidativa, ou que aquele outro seja o mais coerente – considerando, aqui, critérios simples de cientificidade. E, entre doutrinas complexas, fundindo-se, em proporções variáveis, empirismo, causalismo, dialogismo e normatividade, é possível, ao menos em tese, extrair um princípio, se não de cientificidade, ao menos de fecundidade cognitiva complexa. Poderá ser considerada fecunda, por exemplo, uma pesquisa empírica que leve a formular um questionamento teórico, uma interrogação interpretativa ou uma reflexão normativa que não seriam formadas em sua ausência. Ou, reciprocamente, é fecunda a formulação de uma proposição normativa que leve a buscar ou a perceber na realidade empírica algo que não víamos ou nem mesmo de que suspeitávamos até então, porque tudo parecia óbvio.

Engajamento ou envolvimento?

Em quê esse pequeno desvio metateórico elucidada a questão do *status* do engajamento do sociólogo? Numa primeira aproximação, consideremos o engajamento como uma tentativa de traduzir as posições cognitivas, não apenas em suas proposições normativas as quais, apesar de o mais das vezes denegadas, de fato envernizam o discurso “científico” nas ciências sociais – constitutivamente insusceptível de alcançar este estado de *Wertfreiheit*, de neutralidade axiológica, que crê dever visar oficialmente –, mas também em normas éticas ou morais explícitas, em tomadas de posição e em atos políticos. A questão que devo agora me colocar, passando à primeira pessoa e tentando aplicar a mim mesmo o critério da fecundidade cognitiva complexa que acabamos de estabelecer, é a de saber em que medida meu “engajamento” foi determinado e enriquecido pelos meus conhecimentos sociológicos, empíricos e teóricos. E em que

medida, simetricamente, ele me permitiu fazer que progredissem os (meus) conhecimentos sociológicos, empíricos, teóricos e dialógicos para além do que seria produzido à sua revelia.

Mas o termo engajamento causa ainda problemas. Com efeito, é tentador dizer que não “nos engajamos” tanto quanto ou mais no esforço de fazer bem nosso trabalho de pesquisador ou de professor e assumindo plenamente as responsabilidades administrativas que ele implica, a não ser adentrando a política ou a ideologia. E Deus sabe que assumir o conjunto dessas exigências é, hoje, cada vez mais da alçada do apostolado. É altamente plausível, em verdade, que, como sustenta François Dubet em uma das duas contribuições de abertura do presente debate, nós contribuamos mais e mais para a realização dos valores que nos são caros, tentando fazer passar na realidade uma reforma administrativa ou pedagógica de aparência modesta, apenas profetizando e conclamando a reviravoltas tão radicais quanto improváveis. Todavia, há o temor de que, ao falar do engajamento em todos esses casos, não se dilua excessivamente a noção. O simples fato de exercer o ofício de viver já seria engajar-se. Assim sendo, sem dúvidas mais vale tratar aqui, em casos desse gênero, antes de envolvimento [*implication*] que de engajamento. Ao nos lançarmos, com alguns amigos, inicialmente pouco numerosos, à aventura que é *La Revue du MAUSS*, foi necessário – para defender uma certa ideia que sempre tivemos da sociologia e das ciências sociais, para tentar recoser os fios rompidos da tradição sociológica e antropológica – assumir alguns riscos financeiros e morais, para além do que habitualmente fazem os estudiosos em suas carreiras bem organizadas. Mas, enquanto tínhamos nos limitado à crítica teórica e epistemológica, mesmo se essa crítica tinha necessariamente ressonâncias éticas e políticas, não creio que possamos afirmar que *La Revue du MAUSS* tenha sido uma publicação propriamente engajada. Envolver, com certeza. Mas verdadeiramente engajada ela se tornou apenas tomando posição diretamente a favor de uma certa reforma da universidade e fazendo campanha por um rendimento mínimo incondicional e pela expansão de uma economia plural.

Reservemos, portanto, o uso da noção de engajamento aos casos nos quais se opera uma conversão da atividade própria de um dado campo, o campo científico nesse caso, em uma atividade própria do campo ético-político. Acrescentemos que o engajamento do sociólogo pode ser concebido de duas maneiras bastante diferentes. Por um lado, consideramos realmente a sociologia como um saber de tipo particular entre outros saberes de tipo particular. O engajamento do sociólogo se mostrará, assim, idêntico àquele de qualquer outro estudioso. Por outro lado, como é o meu caso, vemos na sociologia, não tanto um tipo de conhecimento particular, mas um saber que enuncia as condições de compossibilidade⁶ de outros discursos e saberes, e que tenta instaurar entre eles um espaço de tradução generalizada. Nesse caso, o engajamento do sociólogo é, para ele, consubstancial sob certos aspectos, uma vez que, como expressa brilhantemente Michel Callon, o sociólogo, tradutor potencialmente universal, é sempre o porta-voz de tal e tal grupo. Ainda é preciso, porém, determinar a língua de chegada e a língua de partida, e perguntar-se por quê, para que, para quem falar mais em nome de um que do outro.

DOIS EXEMPLOS DE ENGAJAMENTO

Agora eu posso voltar ao primeiro elemento da minha questão: em quê meu engajamento é comandado, determinado e elucidado por minha situação de sociólogo? Centrar-me-ei nos dois tipos de atividade que eu exerci há uns quinze anos, e a respeito dos quais parece-me possível falar de engajamento no sentido restrito que acabo de precisar. Nos dos casos, trata-se, aliás, de uma determinação amplamente negativa, *a contrario*.

⁶ A ideia de “compossibilidade” (*compossibilité*) pode ser associada ao pensamento de Leibniz. De modo muito sintético, ela indica que dois possíveis seriam possíveis simultaneamente. [N.T.]

As Humanidades modernas

O primeiro de meus engajamentos foi tão mais evidentemente dependente de minha condição de sociólogo (e também de minha formação conjunta de economista) que ele procedeu da tomada de consciência progressiva de uma grave insuficiência manifesta pela pesquisa corrente em ciências sociais, e da certeza de que ela apenas poderia ser remediada (re)tomando-se as coisas pela raiz, ou seja, no estágio da formação universitária de pesquisadores. A insuficiência é aquela que impede a maioria deles de perceber claramente que o mundo existe também fora de sua disciplina, e de aprender a estabelecer, com os outros especialistas, relações de intercompreensão e interfecundação que vão muito além de uma vaga pluridisciplinaridade de fachada ou da aspiração quase mística por uma transdisciplinaridade mais elevada que os saberes concretos e efetivos. Darei um só exemplo: é pouco duvidoso que uma boa (ou má) parte do destino de nosso planeta se decide no plano da economia. Mas é também quase tão certo afirmar que, malgrado suas qualidades especulativas – a menos que não seja em razão delas –, a teoria econômica padrão seja excessivamente mal instrumentalizada para nos elucidar a respeito das modalidades de funcionamento efetivas das economias concretas. O essencial, nessa matéria, não está em jogo nos confins da economia e da sociedade, da economia e do político, ou até mesmo da economia e da história, do filosófico e do religioso? Ora, se a estruturação disciplinar de nossos conhecimentos permite ganhos analíticos ou empíricos preciosos, apresenta o inconveniente maior de inibir as abordagens sintéticas e a exploração regrada dessa zona dos confins onde, no entanto, está em jogo o essencial.

Esse tipo de constatação poderia ser multiplicado quase ao infinito. Portanto, é indispensável, em paralelo com a sua estruturação disciplinar, que se implemente um outro tipo de organização e de transmissão do conhecimento. Que obedeça a uma lógica que poderíamos qualificar como

*interciência*⁷. É nesse espírito que, com a ajuda de alguns amigos⁸, acreditando vislumbrar uma oportunidade, empreendi a constituição, na Universidade de Paris X-Nanterre, de diplomas (universitários) ditos de *Humanidades modernas socioeconômicas* ou *sociohistóricas* [*Humanités modernes socioéconomiques* ou *sociohistoriques*], adaptando os cursos instituídos e permitindo a emissão de respectivamente um duplo diploma de graduação [*licence*] em sociologia e ciências econômicas ou um duplo diploma de graduação em sociologia e em história. Com base nesses duplos diplomas, é expedido um diploma *magistère* conjuntamente por Nanterre e pela ENS Cachan⁹ a cerca de quarenta estudantes (os *normaliens* de Cachan e mais duas dezenas de estudantes admitidos mediante exame de documentação) que seguem, além disso, para outros ensinamentos específicos em Cachan. O traço que distingue esses diplomas de humanidades modernas, e que atraiçoa sua vocação à interciência, é o fato de que, alicerçados nos pilares dos diplomas de graduação (*licences*) e de mestrado expedidos, eles igualmente comportam dois sólidos arcobotantes, sob a forma de ensinamentos substanciais em filosofia política e em etnologia.

A experiência permitiu reunir mediante um objetivo comum, sem que qualquer um perdesse, nesse ponto, a sua identidade, colegas até então amplamente desconhecidos uns dos outros, e permitiu sobretudo responder a uma aspiração fortíssima dos estudantes. Talvez não seja inútil observar que, nesse ocorrido, foi a sociologia que desempenhou o papel de plataforma, de denominador comum e de tradutora.

⁷ Cf. **La Revue du MAUSS semestrielle** n. 10, “Guerre et paix entre les sciences. Disciplinarité, inter et trans-disciplinarité”, 1997, 2º semestre.

⁸ Aos quais quero aqui agradecer, em especial pela ajuda eficaz e desinteressada: Annie Jacob, Philippe Casella, Roger Frydman e Pascal Combemale.

⁹ Trata-se da *École normale supérieure de Cachan*. O termo *normalien* que aparece em seguida designa um estudante de uma Escola Normal ou de uma Escola Normal Superior. [N.T.]

Nesse caso, tratou-se de um engajamento ou de um simples envolvimento, um pouco forçado, no ensino e na pesquisa? O caso, sem dúvidas, encontra-se na fronteira entre ambos. Se observamos, não obstante, que se tratou de fazer nascer e consagrar uma lógica de ação coletiva que em nada preexistia, e de atenuar, assim, uma deficiência profunda do político, de fazer política em lugar dos políticos¹⁰, parece-me ser possível falar de engajamento no sentido que tentamos precisar.

A economia plural

Meu segundo engajamento da época foi tanto mais irrecusável. Na esteira das reflexões que eu já conduzira no âmbito de *La Revue du MAUSS* a respeito da presente necessidade, para dar plenas chances à pluralidade dos valores últimos, de romper com a hegemonia e o monoteísmo do valor-trabalho, de facilitar a livre escolha (mediante coerção) das condições de existência material e de caminhar na direção de um rendimento mínimo (moderadamente) incondicional, tomei, em 1995, a iniciativa de experimentar uma espécie de reunião simbólica de todos os autores, sociólogos, economistas, filósofos, ensaístas ou militantes associativos que me parecessem refletir na mesma direção. O que todos eles possuíam potencialmente em comum era, a meu ver, (1^o) constatar que tanto as políticas ultraliberais desregulacionistas quanto as políticas socialdemocratas e keynesianas clássicas reformadas fracassaram em retirar nossas sociedades do desemprego; (2^o) que seu fracasso era devido ao fato de que elas não mensuravam a amplitude da crise afetando a condição salarial e a conseqüente impossibilidade de preservar o acesso universal ao emprego assalariado estatutário em tempo integral por toda a vida para todos, salvo caso sejam profundamente alteradas as regras do jogo; (3^o) que, diante

¹⁰ Dado o perfeito bloqueio das políticas de educação na França, muito em breve se tornará urgente que os educadores empreendam, eles mesmos, a reforma da educação em lugar dos ministros.

das políticas liberais que põem todas as suas esperanças somente no mercado, e das políticas neokeynesianas que atribuem o essencial das suas ao Estado e à função pública, já é mais do que tempo de aprender, ou de reaprender, a ter esperança na sociedade e a raciocinar de seu ponto de vista.

Por outro lado, o que os separava e impedia de perceber a coerência virtual dessa posição que eles esboçavam a todos era, evidentemente, um conflito maior e, em aparência, irremível sobre a questão do rendimento mínimo incondicional. Entre aqueles que apenas prometiam a alocação universal e os que não queriam ouvir falar da menor eventualidade de desmembrar trabalho e rendimento o abismo parecia intransponível¹¹ (MAUSS, n. 7). No entanto, eu tinha a convicção de que a antítese era, em parte, retórica, tecida de desconhecimentos e processo de intenções cruzados, e de que talvez fosse possível superá-la. Eu propunha, então, uma primeira redação de um texto, publicado por fim no jornal *Le Monde* de 28 de junho de 1995, sob o título *Appel à débattre sur le chômage* [Convocação ao debate sobre o desemprego], que tentava definir, notadamente sobre essa questão do rendimento incondicional, uma posição média plausível, insistindo na necessidade de fazer evoluir a RMI¹² em direção à irrevogabilidade e à sua cumulatividade de princípio com outras fontes de renda. O bastão foi, então, tomado por Jacques Robin, Patrik Viveret e a revista *Transversales*, depois por Jean-Louis Laille, trazendo em sua esteira autores ligados à revista *Esprit*. Reescrita e revisada sucessivamente (no que o fax facilitou muito), escrevia-se assim de maneira plural, cada qual reforçando o que lhe importava particularmente, um texto que insistia na interdependência estreita entre três séries de medidas a tomar: (1^o) a diminuição do tempo de trabalho ligada a uma política de redistribuição ativa dos empregos existentes; (2^o) uma política de encorajamento sistemático ao terceiro setor associacionista

¹¹ Cf. *La Revue du MAUSS semestrielle* n° 7, "Vers un revenu minimum inconditionnel?", 1996, primeiro semestre.

¹² *Revenu Minimum Inconditionnel* (Renda Mínima Incondicional). [N.T.]

e à economia solidária; (3º) uma evolução generosa da RMI, “irrevogável independentemente de as ações de inserção terem falhado, e cumulável com outros recursos” – para retomar os termos da formulação final devida a Jean-Michel Belorgey, um dos pais históricos do RMI. Sobre essas bases havia inicialmente 35 signatários, alguns muito marcadamente de esquerda, como André Gorz, Antonio Negri ou Alain Lipietz, outros mais moderados, acalorados partidários da alocação universal ou da renda de existência (Jean-Marc Ferry, Yoland Bresson) ou intransigentes adversários (Bernard Perret, Guy Roustang, Daniel Mothé), defensores da redução do tempo de trabalho como Guy Aznar ou apóstolos do terceiro setor e da economia quaternária (Roger Sue), ativos militantes da economia solidária e da luta contra o desemprego (Annie Dreuille, Annie Berger, Maurice Pagat) etc.

O que poderia não ter passado de um apelo entre tantos outros conheceu um destino melhor. Na leitura deste texto, escrito por ninguém em particular, cada qual percebeu que suas próprias posições eram menos distantes do que o previsto das dos outros e que elas eram, de fato, complementares. Foi assim que se constituiu uma associação de 1901¹³ desejava de aprofundar a discussão e as convergências, ampliando a rede de simpatizantes na França e no exterior¹⁴. Na França, juntaram-se à demanda pessoas tão variadas quanto Dominique Méda, Robert Castel, Jean-Pierre Dupuy, Catherine Paradeise, Piere Larroutou etc. No exterior, traduzido em uma dezena de línguas, recebeu um número de adesões e manifestações de simpatia que cria a imagem possível de uma espécie de Internacional informal dos partidários da “economia plural”, i.e., nem exclusivamente mercantil ou estatal, nem mercantil-estatal, mas incorporando

¹³ L'Association de l'Appel Européen pour une Citoyenneté et une Économie Plurielles.

¹⁴ Todas essas ideias foram apresentadas e defendidas em um livro: Aznar Guy, Caillé Alain, Laville Jean-Louis, Robin Jacques et Sue Roger, *Vers une économie plurielle*, 1997, Syros, coleção *Alternatives Économiques*.

o princípio de reciprocidade e associacionismo¹⁵. Uma Internacional na qual o autor de referência mínima e primeira seria, sem dúvidas, Karl Polanyi¹⁶.

DA ABORDAGEM TÍPICO-IDEALISTA. *PARTIDA...*

Evidentemente, essas duas tentativas de engajamento devem ser julgadas do ponto de vista de suas pertinências epistemológica e pedagógica, para uma, e econômica e política, para a outra. Elas têm também uma pertinência sociológica? Se consideramos a sociologia como uma ciência exclusivamente empírica e positiva, independente de todo envolvimento normativo, então a resposta é claramente não. Se, ao contrário, como sustentei anteriormente, assumirmos que a sociologia deve se sacrificar também, e mesmo antes de tudo, ao quarto imperativo epistêmico, o imperativo normativo, então não será absurdo questionar em que essas experiências, aparentemente externas ao campo do discurso sociológico, participam dele apesar de tudo. Para esse propósito, uma comparação com o método típico-ideal weberiano será, cremos, esclarecedor. No seio dos infinitos matizes da realidade, o tipo ideal reúne um conjunto de traços de comportamento que apresentam um ar familiar, caricaturando-os. Ele tenta evidenciar sua inteligibilidade comum mostrando a partir de qual

¹⁵ Entre os aderentes e simpatizantes, assinaram: Claus Offe, Hans Joas, Steven Lukes, Michael Walzer, Robin Cook, Gianni Vattimo, Mary Douglas, Roberto Esposito, Marco Revelli, Pierpaolo Donati, Miguel Tezauros etc., para nos restringirmos aos intelectuais, que são mais facilmente reconhecidos em nossos meios.

¹⁶ Essa experiência promissora chegou a seu fim com a chegada imprevista ao poder da Esquerda plural e com o retorno momentâneo de um certo crescimento o qual pôde fazer acreditar que tudo fosse recomeçar como antes. A redação coletiva do *Manifeste convivialiste* pode ser considerada como uma ressurgência dessa primeira tentativa. [No Brasil, o *Manifesto Convivialista* vem sendo publicado pela Editora Annablume.]

sentido dominante se organizam e, enfim, espera servir para melhor compreender a realidade, permitindo mensurar justamente em que ela **não** é conforme o tipo ideal racionalizado assim construído. Sabemos que nessa construção de tipos ideias Weber privilegia – ou presume-se que ele privilegie – a interpretação do sentido da ação em termos de racionalidade instrumental (*Zweckrationalität*). Portanto, é o desvio da norma epistêmica da racionalidade instrumental o que o tipo ideal faz aparecer em primeiro lugar. Além disso, a determinação de Weber é – ou supõe-se que seja – exclusivamente cognitiva e nulamente normativa. É unicamente com vistas a esclarecer positivamente a realidade que o sociólogo se questiona em que ele difere do painel ideal que ele constrói.

Dêmos, entretanto, um passo a mais. Pois, depois de tudo, os ideais de uma sociedade fazem parte de sua realidade e até mesmo a constituem. Mesmo um sociólogo inteiramente positivo sem dúvida concordaria conosco nesse ponto. Mais precisamente, a “realidade” de uma sociedade não consiste na distância na qual ela se mantém em relação aos seus próprios ideais? Sob essa ótica, não é suficiente tomar ciência da distância da realidade em relação à única racionalidade instrumental. É igualmente importante, e talvez mais, avaliar ao mesmo tempo as contradições entre os valores reclamados por uma sociedade – seu “politeísmo” – e sua impotência para explicitá-los e comparar-se a eles. A distância na qual ela se encontra em relação à sua própria racionalidade axiológica (*Wertrationalität*). Ora, a natureza exata bem como o grau de efetividade e de coerência dos seus ideais não poderiam ser determinados *a priori*. Ninguém pode conhecê-los antes que eles sejam postos à prova. É aí que reside uma das legitimações do engajamento do sociólogo enquanto sociólogo: contribuir para o parto, para a “revelação” – no sentido em que os economistas falam de preferências reveladas –, e para a elucidação de uma normatividade da qual a sociedade ou tal e tal sujeito coletivo estão grávidos, e que os trabalha, mas que eles não ousam assumir e não chegam nem mesmo, no mais das vezes, a reconhecer como tal. E, no caminho de volta, considerar a dificuldade dos sujeitos coletivos para enunciar a normatividade imanente à sua prática

e à situação na qual eles se encontram como uma via de acesso privilegiada para a análise das contradições e dos bloqueios da realidade.

Vemos que, ao lado do método típico-ideal, medindo a distância apresentada pelas ações concretas à racionalidade instrumental, há, portanto, lugar (e mesmo um lugar necessário) para uma abordagem típico-idealista¹⁷ através da qual, pondo em jogo sua própria normatividade, o sociólogo tenta apreender a distância da sociedade à sua racionalidade axiológica, aos valores que ela professa ou crê professar. O trabalho propriamente sociológico deve então se concluir, percorrendo novamente as exigências epistêmicas em outro sentido: após ter tentado tornar visíveis certas implicações normativas inerentes à realidade social, aprofundar sua interpretação e retomar com novo fôlego o trabalho de descrição e conceptualização teórica, perguntando-se por que e como tal sociedade ou tal grupo não foram capazes de realizar os valores que professam. Ou acreditam professar. O que implica, por sinal, distinguir entre valores aparentes e valores efetivos¹⁸.

¹⁷ Que nós qualificamos assim, evidentemente, além do fato de sua simetria com o método típico-ideal weberiano, para permitir àqueles aos quais essas proposições exasperariam que melhor e mais facilmente denunciem-na como tipicamente idealista.

¹⁸ Eu encontro muitas ressonâncias entre o método típico-idealista que eu esboço aqui e a abordagem aplicada por Bruno Latour em seu primeiro livro, **Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des modernes**, La Découverte, 2012 [em espanhol: **Investigación sobre los modos de existencia. Una antropología de los modernos**, Buenos Aires: Paidós, 2013, tradução de Alcira Bixio; em inglês: **An Inquiry into Modes of Existence. An Anthropology of the Moderns**, Cambridge (MA): Harvard University Press, 2013, tradução de Catherine Porter]. Não é suficiente dizer, escreve B. Latour, como ele fazia há dez anos, que "nós jamais fomos modernos". É preciso saber ainda o que nós fomos na realidade. Muitas coisas, acima de todas, porque nós fomos dispersos entre diferentes "modos de existência", tendo cada qual seu regime de verdade ou de felicidade, de erro ou de infelicidade próprias (Boltanski e Thévenot falam de cidades, mas, mesmo se o projeto é comum, como o de M.

Existe, portanto, uma dimensão heurística e cognitiva da utopia e do “idealismo”. E, além disso, simetricamente, o que há de mais utópico e idealista, não apenas positivamente mas também axiologicamente, que a teoria do equilíbrio geral em economia ou o tipo ideal weberiano da autoridade racional-legal, por exemplo? Resta, evidentemente, que o ideal ou a utopia que o sociólogo ou o *social scientist* formula ou explicita, na tentativa de fazê-los ocorrer, somente é susceptível de esclarecer a realidade se, de fato, esta os traz consigo como um de seus possíveis objetivos e se não são apenas o fantasma de um indivíduo isolado. No nível de efetividade do ideal emanado pelo percurso típico-idealista, nada permite certezas *a priori*. Só a experimentação decide em último caso. Mas a apreciação

Walzer em *Spheres of Justice*, é bem diferente colocar em destaque o irredutível pluralismo das sociedades modernas... ah, não, eu estava esquecendo, “nós jamais fomos modernos”). Anuncia-se apaixonante o projeto de distinguir entre o que os Modernos (que se creem como tais) disseram deles mesmos e os valores que realmente os animaram, e que são talvez partilháveis e universalizáveis. E é necessário ainda um terceiro relato, dado pelo autor, da relação entre os dois primeiros, e que é submetido, via internet e nesse livro, à crítica e discussão abertas no quadro do que ele denomina humanidades digitais. As harmônicas com a abordagem que eu qualifico de típico-idealista – levar a sério os valores dos grupos ou das sociedades para perguntar-se por que e como eles não se realizaram –, aparece claramente quando B. Latour escreve, por exemplo: “Eu farei como se eles (os Modernos) não tivessem conseguido desta vez, em teoria, encontrar o meio de respeitar seus próprios valores” (p. 26). O projeto é ambicioso, no bom sentido do termo. O trabalho de formiga, de percepções e de análises apaixonantes. Mas pode-se duvidar que ela desemboque efetivamente em uma escrita experimental coletiva dado o quanto aquilo que se espera e que é apresentado necessita da parte do leitor de conhecimentos latourológicos bastante sólidos. O enviesamento está sem dúvida no fato de que Latour não força a reflexividade sobre seus próprios valores, sua própria *Wertbeziehung*, e crê poder abrir mão porque suas análises decorreriam da pesquisa etnometodológica, por um lado, e da abertura ao debate coletivo, por outro. Difícil não suspeitar aqui do risco de que o normativo e o descritivo colidam e se interpenetrem [*télescope*], como se o primeiro pudesse decorrer quase naturalmente do segundo.

da plausibilidade do ideal normativo não é, por isso, abandonada ao arbitrário. A provação da realidade permite ver, rápido o bastante, o que “pega” e o que não pega, o que pode ou não pegar e por quê. No caso da experiência dos diplomas de humanidades modernos, não me sentiria suficientemente forte nem legítimo para aventurar-me se uma chamada publicada alguns anos atrás em *La Revue du MAUSS* e inspirada pelas mesmas considerações não houvesse recolhido cerca de 200 assinaturas de professores e *maîtres de conférences* das universidades, bem como de pesquisadores do CNRS¹⁹, testemunhando sua preocupação em não se fechar nos sectarismos disciplinares para todo o sempre. Igualmente, eu por certo não teria persistido no caminho da formulação, no final das contas política, de um projeto de economia plural se o esboço de redação de uma chamada não tivesse muito rapidamente recebido um eco palpável²⁰. Salvaguardas necessárias para que nos asseguremos de que não estamos delirando.

Mas que não desembocariam necessariamente em nenhuma certeza. Acordos momentâneos podem-se produzir por uma infinidade de más razões e repousar sobre múltiplas falsas aparências. Nada me leva a supor que tal teria sido o caso para as Humanidades Modernas que seguiram seus caminhos durante uma dezena de anos²¹. O projeto de uma economia plural, de uma forma de welfare renovado – é bem disso que definitivamente se trata –, pôde, por outro lado, parecer desaparecer. Definitiva-

¹⁹ O Centre National de la Recherche Scientifique (ou Centro Nacional de Pesquisa Científica, em português) corresponde, hoje, ao maior organismo público de pesquisa na França, atuando em diferentes áreas. [N.T.]

²⁰ É verdade que a tendência das chamadas (*Appels*) e outras petições é, em parte, um pouco ridícula. Mas há aqui ao menos um meio de se contar e de se dar uma primeira estimativa das possibilidades de efetividade de um engajamento normativo.

²¹ É com a análise precisa das razões pelas quais a experiência capotou definitivamente que entraremos realmente no coração da abordagem sociológica. É um outro trabalho...

mente? Nada é menos certo. Observemos, primeira-mente, que a perspectiva de uma renda mínima incondicional, que passou por totalmente utópica ainda ontem, ganha dia após dia novos partidários entre os economistas, mesmo sob a forma radical da alocação universal, e que, sob a forma moderada, que nós preconizamos (uma RMI irrevogável e cumulável, para ser breve), ela está a caminho de tornar-se majoritária entre os economistas que se preocupam com outras coisas para além de seus meros modelos²². Observemos ainda que no final das contas é este projeto de economia plural que inspirou amplamente²³ uma Esquerda plural que chegou ao poder quase por acaso, sem acreditar em seus próprios olhos. A lei sobre as 35 horas, o encorajamento aos empregos dos jovens, a empregos de um novo tipo, a (modesta) melhoria dos mínimos sociais e a flexibilização de certas modalidades de sua concessão (vencimentos elevados a 1000 horas), tudo isso reproduz num eco ensurdecido os três eixos da chamada que, desde então, pode parecer menos necessário²⁴. Conjecturemos que certas ideias-forças deverão ser em breve reafirmadas. Logo que aparecer, como tem dado sinais, que a maioria plural terá perdido o essencial de sua aposta por ter considerado a maior parte dessas medidas como meios técnicos e não, igualmente, como fins, e porque ela terá continuado

²² A nota recente publicada por Roger Godino na Fundação Saint-Simon é, sob esse ponto de vista, extremamente reveladora porque, durante numerosos anos, discutimos com esse movimento precisamente sobre esse ponto.

²³ Inspirada como? Por que meios? A resposta não é clara e reporta a uma reflexão mais poderosa sobre a maneira pela qual se forma a tendência do momento (*l'air du temps*). Resta que a Esquerda está subitamente posta a debulhar as temáticas – notadamente a RTT [*réduction du temps de travail*: redução do tempo de trabalho] – a respeito das quais ela apenas professava hostilidade ainda um ou dois meses atrás.

²⁴ Aqui também há todo um trabalho de análise empírica a efetuar. Eu dei alguns elementos em resposta às proposições de Denis Clerc. Cf. A. Caillé, “Quels fondements pour une fiscalité équitable ?”, *L'économie politique* n. 47, 2010.

a raciocinar do ponto de vista da economia administrada e não do da autonomização da sociedade civil e da renovação democrática. Então, será o tempo de tentar provocar outros agrupamentos, sobre uma base reflexiva melhor garantida, já que enriquecida pelo confronto dos ideais postos à prova na realidade e em sua deformação²⁵.

E REGRESSO...

Resta que na França, na Europa, e *a fortiori* no plano mundial, essa corrente de pensamento, polanyana, da “economia plural”, não consegue no momento se autonomizar e se exprimir claramente no campo das ideias e no plano político. A se tornar visível como tal. É aqui que se encontra o problema, legitimamente evocado tanto por F. Dubet que por M. Callon, da realização ativa em objetos e em centros de poder e de cálculo das ideias das quais o sociólogo fez-se o porta-voz. E se coloca também a questão do prosseguimento de seu engajamento e de sua escolha entre uma conversão mais completa à política ou um aprofundamento do trabalho sociológico propriamente dito. Sabe-se que os grandes sociólogos quase sempre não foram grandes políticos. Nem Tocqueville, nem Weber, nem Mauss, para citar aqueles que mais ou menos se lançaram na aventura, chegaram a verdadeiramente cristalizar suas ideias políticas. Somente Marx conheceu o sucesso, mas, convenhamos, não sem ambiguidades.

Permanecer, ingressar na sociologia ou entrar para a política? O acúmulo das duas funções pode ser fecundo. Mas a questão da escolha não é menos pertinente. Ora, esclarecido pela história dos grandes, parece que a escolha mais sábia para um pequeno sociólogo é, pois, a de não aspirar demais transpor o limite, e dar meia volta em direção à análise sociológica. Enriquecida

²⁵ Preservo essa passagem envelhecida tal qual eu a havia escrito porque ela não predizia tão mal assim...

de lições sobre o fracasso. Tal é a função, e a justificação, da abordagem típico-idealista: perguntar-se sobre o que no real resiste ou resistiu ao seu próprio declive – a pelo menos um dos seus próprios declives –, que o sociólogo se esforçou para evidenciar, seguindo o seu próprio declive.

Este não é o lugar para empreender essa análise, que deveria, para ter êxito, iluminar certos traços inquietantes da sociedade francesa atual e sua extraordinária rigidez (pré-cadavérica?). Tudo o que a impede de confrontar realmente a crise de emprego e de integração social do assalariado: a resistência à uma flexibilização da norma salarial que colocaria demasiadamente em questão a divisão sexual dos papéis sociais; a recusa de toda partilha do trabalho à qual prefere-se a constituição de uma sociedade em vias de guetização e onde as crianças da imigração são essencialmente quem paga o pato; a incapacidade da sociedade civil e do mundo associativo de reivindicar sua autonomia com relação ao Estado e de se pensar como os agentes de uma democratização de base e, apesar disso, tão necessária e urgente etc. Não poderíamos resumir aqui uma análise que permanece ainda quase totalmente por ser efetuada. E que, na linha do horizonte, também coloca a questão do tipo de trabalho e de teorização sociológica que nos parece desejável.

Assumir a normatividade

É sobre esse ponto que nós gostaríamos, para finalizar, de pontuar ao mesmo tempo acordos e divergências com as análises apresentadas por Michel Callon na abertura deste debate sobre o engajamento do sociólogo. O acordo é quase total sobre a quase totalidade de seu belo artigo. Sim, o sociólogo vê seu papel definido em uma sociedade democrática na qual ele intervém como aquele que é o porta-voz e o “performador” da realidade social ao fim de uma “longa cadeia de tradução formatada pela experiência e que torna falantes entidades até então mudas e silenciosas”. Sim, mais uma vez, em certo sentido,

à ideia de atribuir ao sociólogo um papel de “abelha coletora”, que “tece equivalências, constrói similitudes”. Mas a questão que se coloca é a de saber onde colher, e o quê, e para qual colmeia contribuir. M. Callon reconhece lucidamente a dificuldade: “Todos os atores reflexivos e emergentes se equivalem? Devo dizer que eu não consigo avançar a partir dessa questão que está na fronteira da moral e da política”. Em resposta a essa dificuldade, entretanto, e é aí que o golpe dói, ele se limita a enunciar sua própria moral ou deontologia: valorizar “esta faculdade constante que os atores possuem de se desgarrar dos laços tecidos por suas ações, ...de se desligar para se ligar de outra maneira”. Ou ainda: “ir em direção aos atores que se dão como razão de ser esse trabalho de desligamento e de ligação, ligar-se a eles para facilitar seu desligamento, e desligar-se quando eles forem pegos em suas novas ligações, tal me parece ser a única moral a seguir”²⁶.

Nunca realmente lá, sempre alhures e mais alhures que alhures, tal seria a forma moderna do sociólogo sem laços, do *freischwebender Intellektual*²⁷ pós-moderno. Daquele que ajuda a que tudo o que é sólido se desmanche no ar. Ora, é claro que uma tal resposta não é aceitável. Devemos ligar-nos a grupos que elaboram ou professam valores indefensáveis, sejam eles os do desligamento (por exemplo, o desligamento com relação a toda exigência de justiça social) e abandonar o campo daqueles que permanecem fiéis a ideais honrados, apenas pelo prazer de mudar um pouco? E esquecer que o conflito social se desdobra em nome de concepções antagonistas da justiça? Eu entendo bem que todos esses vocábulos envelheceram: a justiça, o verdadeiro, a democracia etc. Mas não vemos muito bem como o sociólogo

²⁶ Michel Callon, “Ni intellectuel engagé, ni intellectuel dégage : la double stratégie de l’attachement et du détachement”, in **Sociologie du travail**, vol. 41, 1999, p. 76 *et seq.* [N.T.]

²⁷ A expressão, que remonta provavelmente aos trabalhos de Alfred Weber e, posteriormente, de Karl Mannheim, conota o intelectual que paira (*schweben*), flutuando livremente em sua elaboração. [N.T.]

poderia ser pertinente se ele não estivesse também, tal como aqueles em nome dos quais ele pensa falar, envolvido nesses significantes e nas lutas e debates que eles implicam e estruturam. E engajado, nesse caso. É bom aderir aos grupos de reflexividade emergente. Mas sob a condição de que isso contribua também para a própria reflexividade normativa emergente do sociólogo.

Vemos bem o dilema. Ou o sociólogo abandona à filosofia o monopólio da discursividade normativa, e ela esmorecerá por insignificância. Ou lhe será necessário renovar os laços com a sua própria tradição e se colocar à altura de elucidar a modalidade específica de sua normatividade esclarecendo as condições, o alcance e os limites de uma teorização sociológica geral. Se, como pensamos que seja a sua vocação, a sociologia se engajasse nesse caminho, ela não escaparia à tarefa de dever elaborar uma antropologia normativa que seria então parte integrante dos seus objetivos. É uma tal perspectiva que serve de alguma maneira como ideal regulador para o trabalho efetuado por *La Revue du MAUSS*. Apesar do imprevisível sucesso que esta última tenha conhecido no final das contas, é preciso reconhecer que essa perspectiva, que vê na atividade sociológica uma outra maneira de fazer filosofia moral e política, não suscita a adesão majoritária dos sociólogos. O método típico-idealista estaria, aqui, em falta? O futuro dirá.